

## IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 04.11.2025

### **Promover a elaboração dos planos decenais de acção para os serviços de apoio a idosos e serviços de reabilitação com um planeamento global e uma visão prospectiva**

O “Plano Decenal de Acção para os Serviços de Apoio a Idosos 2016-2025” e o “Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio 2016-2025” vão terminar no final deste ano. Nos últimos dez anos, com a colaboração activa de vários serviços públicos, o apoio e a participação das instituições particulares e dos diversos sectores da sociedade, estes dois planos decenais obtiveram bons resultados, sendo que foram concluídas 444 medidas no âmbito do “Plano Decenal de Acção para os Serviços de Apoio a Idosos”, com uma taxa de conclusão de 99,3 por cento, e 362 medidas no âmbito do “Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio”, com uma taxa de conclusão de 98,6 por cento, o que constitui uma base sólida para o Governo definir os planos decenais de acção da próxima fase.

Entretanto, a estrutura demográfica de Macau está a sofrer uma profunda mudança, o envelhecimento continua a acelerar e as necessidades sociais, como a procura pelos serviços de apoio aos idosos e de reabilitação, são cada vez mais diversificadas e de longo prazo. Face a este grande desafio, os serviços sociais e o sistema de protecção estão a enfrentar uma pressão cada vez maior, portanto, é necessário planear com uma visão prospectiva e responder de forma sistemática.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. Reforçar a predominância do planeamento ao nível das políticas. Quanto à promoção da próxima fase dos Planos Decenais de Acção para os Serviços de Apoio a Idosos e os Serviços de Reabilitação, propõe-se que, com base nas experiências obtidas na fase anterior, se ausculte as opiniões dos diversos sectores da sociedade, de acordo com as necessidades dos serviços, optimizando ainda mais os serviços de cuidados domiciliários, de apoio comunitário e de prestação de cuidados aos idosos pelas instituições, criando um sistema de serviços de vários níveis. Há que haver empenho na construção do “Círculo de Serviços Comunitários para Idosos” num raio de 15 minutos, aperfeiçoando as instalações complementares dos serviços de cuidados diurnos, de reabilitação, de gestão de saúde e de convívio e recreio, de modo a aumentar a acessibilidade e a profissionalização dos serviços, para que os idosos possam ter uma vida condigna num ambiente familiar.

2. Acelerar os trabalhos legislativos sobre o ambiente livre de barreiras. Em Julho passado, na resposta a uma interpelação escrita, as autoridades revelaram que o trabalho legislativo sobre o ambiente sem barreiras ia ser integrado na próxima fase do Plano Decenal de Acção para os Serviços de Reabilitação, e que iam envidar esforços para concluir os respectivos trabalhos preparatórios até 2026. Durante este período, espero que o Governo reforce a comunicação e o intercâmbio com o público, com as associações de deficientes e com as organizações de reabilitação, para garantir que a lei possa satisfazer efectivamente as necessidades reais da sociedade. Sugiro ainda a definição de um calendário para a produção legislativa, para garantir que os referidos trabalhos legislativos possam ser desenvolvidos passo a passo e de forma estável.

3. Reforçar o investimento de recursos para impulsionar o desenvolvimento inteligente dos serviços sociais. A tecnologia inteligente é um meio importante para melhorar a qualidade dos serviços sociais, pelo que o Governo deve aumentar os recursos de apoio e estudar a criação de um fundo específico para a inovação tecnológica desses serviços. Estas medidas devem ser orientadas pelo sector, permitindo que as instituições de serviços sociais introduzam, de acordo com as necessidades reais, equipamentos auxiliares inteligentes, elevando, gradualmente, o nível de aplicação das “instalações e equipamentos de apoio à deficiência através da ciência e tecnologia”. Com esta base, deve integrar-se a ciência e a tecnologia nas instalações e na prestação de serviços e, ao mesmo tempo, reforçar a formação profissional dos seus trabalhadores, a fim de melhorar a eficiência e o nível dos serviços, promovendo, consequentemente, o desenvolvimento de alta qualidade dos serviços sociais.